



5563 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT15 - Educação Especial

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DO GT 3 E GT 15 DA ANPED

Mariele Angélica de Souza Freitas - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP
Agência e/ou Instituição Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Cnpq

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: AS CONTRIBUIÇÕES DO GT 3 E GT 15 DA ANPED

Resumo

O presente artigo tem como escopo, realizar uma pesquisa bibliográfica exploratória a partir dos trabalhos completos e pôsteres publicados nos GT-3 e GT-15, das reuniões científicas nacionais organizadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), que tiveram como objeto de estudo o direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência, focalizando a participação direta dessa população em ações visando o direito à educação, no período 2008-2018. A análise e discussão dos resultados foram subsidiadas com base na técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2002). Os resultados demonstram uma produção ainda incipiente que relacione o direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Produção Científica. Direito à educação. Movimentos Sociais. Pessoas com deficiência.

INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira evidencia que o direito à educação foi marcado pelo intenso jogo de interesses das elites econômicas e políticas. Desde a sua origem, o acesso à educação e a organização do sistema educacional brasileiro, possuiu um caráter excludente, desfavorecendo a maioria da população e concedendo apenas à elite o direito à escolarização (SAVIANI, 2007); (ROMANELLI, 1989).

Historicamente, múltiplos foram os determinantes que configuraram a marginalização de pessoas com deficiência dos espaços escolares. A deficiência trazia consigo a marca das expectativas sociais, num padrão de homem instituído “[...] em atributos valorizados pelas relações sociais surgidas num determinado modo de produção”. (JANNUZZI, 1992, p. 13). Foi apenas na década de 1980 que a EE se instituiu como campo de conhecimento (BUENO, 2014) e, na década de 1990 a educação de pessoas com deficiência ganhou espaço nas discussões acadêmicas e nos debates políticos.

Nos últimos vinte anos houve o crescimento paulatino de pesquisas desenvolvidas acerca dos balanços de produção científica na área EE, denotando o seu possível amadurecimento “[...] na medida em que toma sua própria produção como objeto de análise e crítica” (BUENO, 2014, p. 211). Quanto à participação das pessoas com deficiência em movimentos sociais e nas discussões acerca de seus direitos, especialmente o direito à educação, observa-se que ainda são incipientes estudos que visem inserir o debate no contexto social mais amplo, buscando sua participação ativa.

Diante das breves considerações supracitadas, parece-nos oportuno realizar um balanço das produções científicas publicadas nos encontros nacionais organizados pela Anped, na modalidade de trabalho completo e pôster, do GT-3 Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e do GT-15 Educação Especial, no que se refere à geração de conhecimento acerca do direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência.

OBJETIVO

O presente estudo exploratório visa empreender a análise de conteúdo dos trabalhos publicados nas reuniões científicas nacionais da Anped, na modalidade de trabalho completo e pôster. Consideramos as apresentações relativas ao GT-03 e o GT-15, no período de 2000 a 2018.

MÉTODO

Material

Analisamos as modalidades trabalho completo e pôster de 18 reuniões científicas da associação, que compunham o GT 3 e o GT 15, no período de 2000 a 2018, onde foram encontrados 557 estudos publicados e destes, apenas 2 contemplavam a proposta desta pesquisa.

O recorte temporal ocorreu mediante a disponibilidade *online* dos anais na página da Anped. O intuito da pesquisa foi buscar o máximo de produções referentes ao direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência, focalizando a participação direta dessa população em ações visando o direito à educação.

O material utilizado encontra-se disponível no site [\[1\]](#) da Anped. A opção pela análise dos trabalhos publicados nos anais deve-se ao fato de esta entidade ter tradição e ampla circulação nas diferentes áreas da educação, além de conter pesquisas atuais e de impacto na comunidade científica e acadêmica. Por esse motivo, pode ser tomada como expressão do quadro de investigações que vêm sendo realizadas nas instituições de ensino superior brasileiras.

Procedimentos para o levantamento das produções

A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com viés bibliográfico e exploratório. De acordo com Marconi e Lakatos (2001, p. 43-44), esse tipo de metodologia visa mapear “[...] toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto [...]”.

Para a busca dos trabalhos foram utilizados os descritores: pessoas com deficiência e movimentos sociais, pessoas com deficiência e inserção política e pessoas com deficiência e direito à educação, considerando os procedimentos de produção de informações sugeridos por Ferreira (2002), sendo: a) seleção por intermédio do título; b) seleção por intermédio do resumo; c) seleção por intermédio das palavras-chave; d) se necessário, seleção considerando o texto na íntegra. Foram excluídos os trabalhos em que a temática em estudo não estava presente. Com o material selecionado, realizamos o fichamento dos resumos, inicialmente e, quando a informação neste não estava precisa, recorremos ao texto na íntegra.

Procedimento de análise das informações

Analisamos os estudos qualitativamente com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2002). Identificados, estes foram organizados em fichas e tabelas de análise. Optamos por desconsiderar a classificação dos estudos quanto a sua natureza, adotando o pressuposto de que todos estão “voltados à aquisição de conhecimentos com vistas aplicação numa situação específica” (GIL, 2010, p. 27), ou seja, estudos que focalizem o tema do direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência com a participação direta dessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A temática do direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência, possui publicações incipientes, apenas 2 estudos, correspondendo 0,35%, se comparados com o total levantado na busca inicial. Importante mencionar que ambos os textos selecionados foram apresentados no GT- 15, na modalidade de trabalho completo, um no ano de 2005 e outro no ano de 2008.

O estudo de Quadros (2005), discutiu a estruturação da Política Pública para a educação de surdos no estado de Santa Catarina, por meio de análise crítica deste documento; a autora procurou identificar se as propostas, alinhavam-se às pautas reivindicadas pelo movimento surdo[2].

A pesquisa de Klein e Formozo (2008), apresentou a trajetória da educação de surdos nos últimos anos a partir da junção do documento “Que educação nós surdos queremos” a duas pesquisas realizadas com professores surdos e ouvintes envolvidos na educação de surdos.

Importante destacar que as pesquisas que compunham o GT-3, e que foram passíveis de análise, em nenhuma delas havia correspondência ao nosso objetivo de estudo; apresentavam, de forma resumida, discussões em que o tema dos movimentos sociais de pessoas com deficiência constituía o pano de fundo e não o foco de análise, porém, partiam de suas indicações para o desenvolvimento da pesquisa (MICHELS; LEHMKUHL, 2016).

O movimento social e político de pessoas com deficiência, no Brasil, assim como outros movimentos reivindicatórios, a exemplo: da população negra, dos gays e mulheres, tiveram sua história marcada pelo apagamento de sua identidade; numa luta contra todas as formas de discriminação, pelo reconhecimento e garantia dos seus direitos sociais e políticos, assim como o exercício de sua cidadania.

Assim, a revisão inicial da literatura indica a escassez de estudos acadêmicos sobre o direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência que, em seus procedimentos, contam com alguma forma de participação desses sujeitos: seja por meio de observação, entrevista, resposta a formulários ou outros instrumentos.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Não há pretensão de generalizar os resultados obtidos nesta pesquisa. O intuito é sistematizar pesquisas correlatas, em que se pretende analisar o conjunto de trabalhos apresentados nas reuniões científicas nacionais da Anped sobre o direito à educação, destacando-se produções que contam com a participação direta dos movimentos sociais de pessoas com deficiência. Mesmo com os significativos avanços em relação à garantia e ao acesso aos direitos sociais, dentre estes o direito à educação na perspectiva da educação inclusiva, as pessoas com deficiência ainda enfrentam entraves para participação direta em espaços e processos decisórios.

Com este levantamento exploratório, podemos inferir que raramente são consideradas percepções, afetos, pensamentos e anseios desses sujeitos em publicações científicas brasileiras que tratam do direito à educação e os movimentos sociais de pessoas com deficiência. Ou seja, fala-se muito sobre e não com as pessoas com deficiência.

Dessa forma, destacamos a necessidade de realização desse levantamento em outros bancos de dados, assim como a ampliação de estudos sobre a relação dos movimentos sociais de pessoas com deficiência e a luta pelo direito à educação.

Referências

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2002.

BUENO, José Geraldo Silveira. A pesquisa brasileira sobre Educação Especial: balanço tendencial das dissertações e teses brasileiras (1987-2009). In: **A escola como objeto de estudo: escola, desigualdades, diversidades**. BUENO, J. G; MUNAKATA, K; CHIOZZINI, D. F. (Orgs). Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Revista Educação e Sociedade**. [online]. 2002, vol.23, n.79, p.257-272.

QUADROS, Ronice Müller de. A escola que os surdos querem e a escola que o sistema “permite” criar: estudo de caso do Estado de Santa Catarina. In: REUNIÃO CIENTÍFICA ANUAL DA ANPED, 2005. Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br/textos/gt15/gt151544int.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas, 1992.

KLEIN, Madalena; FORMOZO, Daniele de Paula. Intersecções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos. In: REUNIÃO CIENTÍFICA ANUAL DA ANPED, 2008. Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15-4836-int.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

_____. Movimentos surdos e os discursos sobre surdez, educação e trabalho: a constituição do surdo trabalhador. In: REUNIÃO CIENTÍFICA ANUAL DA ANPED, 1995. Caxambu. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03_07.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

MARCONI, Marian de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

MICHELS, Maria Helena; LEHMKUL, Márcia de Souza. Movimentos Sociais e Educação Especial: reflexões a partir de um balanço de produção. In: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 2016, Curitiba. **Anais [...]**. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-22-Educa%C3%A7%C3%A3o-Especial.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

[1] Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>>. Acesso em: 20 fev. de 2018.

[2] Entendemos, conforme Klein (1995, p. 1), por movimento surdo, como um movimento social articulado “[...] a partir de aspirações, reivindicações, lutas das pessoas surdas no sentido do reconhecimento de sua língua, de sua cultura”.